

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

OFÍCIO Nº 46/2015

em 29 de janeiro de 2015

ASSUNTO:- Encaminha PROJETO DE LEI.

14/15

Senhor Presidente,

Considerando que a prática de esportes deve ser amplamente incentivada, vez que propicia condições de um sadio desenvolvimento aos jovens, persuadindo-lhes hábitos e princípios básicos fundamental à sua integração na sociedade;

considerando que nosso Município ainda está se integrando nesse contexto, o que dificulta o desenvolvimento desejado da prática do esporte amador;

considerando que o alto nível do potencial humano da cidade, no seu campo desportivo amador, deve merecer especial atenção do Poder Público Municipal, no sentido de oferecer incentivos objetivando o aproveitamento dos seus reais valores;

considerando que esse trabalho representa um importante passo para o desenvolvimento físico e moral dos nossos jovens, e deve merecer o apoio do Poder Público do Município.

submetemos à apreciação dessa Ilustre Edilidade o PROJETO DE LEI que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI A BOLSA ATLETA AMADOR, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Renovamos a Vossa Excelência e aos seus Pares os protestos de estima e distinto apreço.

Atenciosámente.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor CRISTIANO SALMEIRÃO Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de <u>B I R I G U I</u>





ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

PROJETO DE LEI 14/15

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI A BOLSA ATLETA AMADOR, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ, Prefeito

Municipal de Birigui, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

ART. 1°. Fica instituída no Município de Birigui a Bolsa Atleta Amador, a ser concedida pelo Poder Público Municipal, de acordo com os valores e condições estabelecidos nesta Lei, aos atletas amadores que sejam domiciliados no Município de Birigui e que se encontrem regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, objetivando a participação em competições esportivas.

ART. 2º. A bolsa atleta amador será concedida pelo Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, após análise de uma comissão especial nomeada com a finalidade de apreciar e aprovar os currículos apresentados quando da ocasião do respectivo cadastramento, bem como fixar o valor a ser concedido a cada atleta.

ART.3°. A Comissão especial de análise será constituída:

- I. 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, designado pelo respectivo titular;
- II. 1(um) membro indicado pela Mesa da Câmara Municipal de Birigui;
- III. 1 (um) membro indicado por entidade privada regularmente constituída e com finalidade esportiva.

§1º. A Comissão especial de Seleção de que trata o "caput" deste artigo se reunirá e funcionará nos termos fixados no Decreto que irá regulamentar a presente Lei.

§2º. A participação na referida Comissão Especial não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

ART. 4°. A bolsa atleta amador ora instituída será paga nos meses de março a dezembro aos esportistas selecionados e aprovados pela comissão especial designada e terá valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e valor máximo de R\$ 700,00 (setecentos reais), valor este que será fixado a critério da comissão especial, reajustáveis anualmente pelo IPCA ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

§1º. O número de bolsa atleta amador será fixado pelo Poder Executivo, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

§2º. A concessão da bolsa atleta não gera qualquer vínculo laboral ou de outra natureza entre o beneficiário e a administração pública.

§3º. Caso o atleta selecionado e apto a receber a bolsa ora instituída venha a se lesionar durante o período de recebimento, continuará a receber o beneficio até o término do ano.

ART. 5°. A concessão da bolsa atleta amador poderá ser cancelada a qualquer momento caso o atleta beneficiário:

- I. abandone ou seja dispensado do treinamentos:
- II. apresente comportamento e conduta inidônea;
- III. deixar, por qualquer motivo, de cumprir as determinações desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos de cancelamento da bolsa atleta amador serão analisados e deliberados pela Comissão Especial designada.

ART. 6°. Para atender as despesas com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a incluir na Lei n° 5.944/2.014 – Lei Orçamentária de 2.015, na Lei n° 5.866/2.014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2.015 e na Lei n° 5.733/2.013 – Plano Plurianual de 2014 a 2017 e suas respectivas alterações, dotação orçamentária na atividade 2.052 do programa n° 0019, com Fonte de Recurso 01, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 02.00.00 PODER EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.00 SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

FUNÇÃO: 27 – Desporto e Lazer

SUB-FUNÇÃO: 812 – Desporto Comunitário

PROGRAMA: 0019 - Implementação a Atividade Esportiva

ATIVIDADE: 2.052 - Atendimento, Desenvolvimento, Aperfeiçoamento de Atividade

Esportiva

Elemento Econômico: 3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

Fonte de Recurso: 01 - Tesouro

ART. 7º. Para atendimento das despesas no exercício corrente, decorrentes da nova dotação incluída no artigo anterior, fica o Executivo

J. 4

40



ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46 151 718/0001-80

Municipal autorizado a abrir, por Decreto, através da Secretaria de Finanças – Diretorias de Orçamento e de Contabilidade, crédito adicional especial no valor de até R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), com a seguinte codificação:

PODER EXECUTIVO SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 02.15.00 27.812.0019.2.052/3.3.90.48.00 Fonte 01

14.000,00

ART. 8°. O crédito adicional especial autorizado no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial da dotação consubstanciada no orçamento vigente, discriminada abaixo:

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

02.15.00 27.812.0019.2.052/3.3.90.30.00 Ficha no 1099 Fonte 01

14.000,00

ART. 9º. Os orçamentos futuros consignarão dotações próprias para efetivação da bolsa ora instituída.

ART. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal n.º 2.695, de 19 de junho de 1990.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ

Prefeito Municipal

AMHICAN/BRANCO Secretário de Esportes & Lazer

> EDMURINALARINI Secretário de Finanças

GLAUCO PEREZZO GONÇALVES

Secretário de Negócios Jurídicos